

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
Curso de Graduação em Ciências Contábeis

**A CONTABILIDADE E OS STAKEHOLDERS:
Contabilidade e o Terceiro Setor**

Belo Horizonte
2016

**A CONTABILIDADE E OS STAKEHOLDES:
Contabilidade e o Terceiro Setor**

Trabalho Interdisciplinar de Graduação apresentado nas disciplinas: Contabilidade Avançada, Contabilidade de Entidades de Previdência Privada e Seguradoras, Contabilidade Fiscal e Tributária, Direito do Trabalho e Legislação Previdenciária, Logística das Organizações e Matemática Financeira do 4º período/noite do Curso de Ciências Contábeis, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Professores:

Marco Antônio Pereira

Roanjali Auxiliadora Gonçalves Salviano Araujo

Nivaldo Carvalho da Silva

João Virgílio Sifuentes Costa

Sergio Eduardo Enoch

Luiz Otávio Marques Duarte

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	03
2 CARACTERÍSTICAS DO TERCEIRO SETOR E OS STAKEHOLDERS.....	03
2.1 Conceitos Básicos.....	03
2.1.1 Terceiro setor.....	03
2.1.2 Stakeholders.....	04
2.2 O terceiro setor no Brasil	05
2.3 Características teóricas sobre os stakeholders.....	06
2.3 As vantagens trazidas pelos stakeholders.....	07
3 TRIBUTAÇÃO PIS/COFINS.....	07
3.1 Isenção de entidades sem fins lucrativos.....	07
4 LEGISLAÇÃO DO TRABALHISTA.....	08
5 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PGBL/VGBL	09
6 GESTÃO CONTÁBIL APLICADA	09
6.1 A importância da contabilidade.....	09
6.2 Governança corporativa	10
7 ESTUDO DE CASO	13
8 CONCLUSÃO	14
REFERÊNCIAS	16

1 INTRODUÇÃO

Mudanças causadas pela globalização e pelos processos históricos, segundo a autora Paula Chies Schommer, trouxeram uma maior diversidade às organizações, criando um complexo conjunto de mecanismos interligados que têm diversos perfis, não retirando desse contexto as organizações do terceiro setor, que, enquanto envolvidas nessa rede interdependente, também não podem ser caracterizadas como entidades autônomas, sendo assim, opostas a tal conceito, sendo suportadas por conjuntos formados, interagindo com outras organizações, com diferentes objetivos, interesses e natureza. (SCHOMMER, 2000). A influência exercida pelos stakeholders determina a dependência institucional para com os processos decisórios, tornando fundamental a discussão sobre a influência que o relacionamento com os stakeholders exerce no gerenciamento das organizações, pois a partir desta discussão é possível compreender como se dão tais processos gerenciais.

2 CARACTERÍSTICAS DO TERCEIRO SETOR E OS STAKEHOLDERS

2.1 Conceitos Básicos

2.1.1 Terceiro setor

Com a insuficiência do Estado para entender as necessidades sociais, foi constituído o Terceiro Setor, criado nos Estados Unidos em meados da década de 70, com o termo *Third Sector*, mas só conquistou o seu espaço no Brasil na década de 90, devido seu desenvolvimento.

Pode-se chamar de Terceiro Setor aquelas organizações sem fins lucrativos que tem como objetivo o auxílio a diversas atividades sociais, caracterizadas por redes formadas por interações com outras organizações, de diferentes naturezas e interesses.

Fernandes (2002), afirma que:

são organizações de natureza privada com finalidade pública, cujos objetivos são voltados para o desenvolvimento político, econômico, social e cultural do meio onde atuam, ao passo que as ações são centradas em temas como solidariedade,

cidadania, emancipação, autonomia e direitos da população, preferencialmente de excluídos e marginalizados socialmente (FERNANDES, 2002)

As entidades tem como formas de captação de recursos a venda de produtos, organização de eventos, produção de materiais, contratos de prestação de serviços, doações ou patrocínios, desde que reinvestam seus resultados na própria entidade

2.1.2 Stakeholders

Todo contexto organizacional é formulado por um conjunto, composto do que podemos chamar de atores, que tem como características se relacionarem denominados stakeholders. O conceito mais utilizado para stakeholders é que os definem como grupo, indivíduos ou organizações que podem afetar ou são afetados pelo alcance dos objetivos de determinada instituição.

Stakeholders são todos os envolvidos num processo, ou seja, é qualquer pessoa ou organização que esteja direta ou diretamente envolvida num projeto. Diante disso, os stakeholders fornecem recursos para determinada organização por terem algum tipo de interesse no desempenho dela. Esses interesses são diversos e dificilmente satisfeitos como um todo. (CRUZ; ANDRICH; MUGNAINI, 2012, p. 21).

Organizações com número considerável de stakeholders afetam de alguma maneira o desempenho de si mesma, sejam: comunidades beneficiárias, associados, financiadores, etc. Gerenciar todo este conjunto de interesse é uma das principais obrigações de uma ONG (Organização não governamental) ou alguma outra forma de Organização do Terceiro Setor. Qual a melhor fase estrutural de uma empresa para se buscar uma parceria com stakeholders? Qual a vantagem para uma empresa do Terceiro Setor em aderir este investimento?

Nem todos os stakeholders exercem o mesmo poder de influência dentro das organizações, com isso, a mesma deve demandar a prioridade deles para o alcance dos objetivos que desencadeou a parceria. As ONGs como instituições ligadas fortemente aos movimentos sociais, tendem a desenvolver relações de dependência e mutualidade com seus stakeholders mais importantes, tendo como principal objetivo fortalecer seu papel enquanto organização da sociedade civil.

2.2 O terceiro setor no Brasil

No Brasil, o terceiro setor é caracterizado por Associações e Fundações Privadas.

Associações

As associações são constituídas por um grupo de pessoas que se juntam com objetivos a um determinado fim. O resultado financeiro dessas associações não é dividido entre seus participantes, pois não visam lucro, esses resultados são voltados para o bem social, são aplicados em: área assistencial, ambiental, social, etc. Elas são dirigidas por um estatuto social.

A aprovação deste estatuto para a sua constituição jurídica, é realizada em uma assembléia geral com os associados, após essa aprovação é realizado o registro em cartório. Para que a associação civil possa funcionar corretamente, deve haver inscrição na Receita Federal para o CNPJ, registro INSS e prefeitura e inscrição na Secretaria da Fazenda para o registro de inscrição estadual. O estatuto é o responsável por regular os direitos e deveres e definir outros elementos da instituição e dos associados.

As associações perseguem o bem comum, portanto, atuam na esfera social, pública.

Fundações

Fundações são entidades de direito privado com fins filantrópicos de pessoas jurídicas. Essas fundações podem ser administradas por pessoa física ou jurídica capaz de indicar um patrimônio em sua constituição de acordo com os objetivos e fundamentos de seu instituidor.

Elas são criadas por meio de Escritura Pública utilizando-se o testamento. O Ministério Público participa dessa constituição. É necessária a reserva dos bens livres, como: créditos, dinheiro ou propriedades disponíveis de acordo com a legislação. A identificação da forma de administração e o fim lícito, bem como a finalidade específica da fundação também são indispensáveis.

Para o seu funcionamento há um estatuto que estabelece os direitos e deveres da instituição. Suas mudanças só podem ser feitas pela maioria dos

membros, de acordo com o artigo 68 do Código Civil e devem ser aprovadas pelo Ministério Público, sendo ele o regulador de todas as fundações por um órgão próprio de fiscalização.

As fundações, por expressa determinação legal (CC, art. 62, parágrafo 1º) perseguem o bem comum na medida em que a finalidade delas pode ser religiosa, moral, cultural ou de assistência.

2.3 Características teóricas sobre os stakeholders

O desempenho das organizações do terceiro setor é avaliado, em relação ao preferencial e os anseios dos stakeholders (clientes, gerência de direção, sócios, investidores, acionistas, mão de obra e a sociedade como um todo). Essa visão do desempenho também pode ser observada a partir de alguns documentos como, relatórios da diretoria, notas explicativas e parecer de auditores. As publicações de tais documentos são de interesse de pessoas internas ou externas da organização, tendo como objetivo fornecimento de informações detalhadas aos acionistas e stakeholders.

Para iniciar-se novo processo de parceria com os stakeholders, será necessário analisar alguns quesitos, que servirão como o ponto de partida para um plano de ação e melhorar a eficácia desta. Esta parceria vai envolver mais do que simplesmente o processo, ela vai nos listar os tipos de stakeholders. Esses dois modelos que são tratadas a seguir:

a) Stakeholders Ativo

Podemos classificar como stakeholders ativo aqueles que influenciam de forma imediata o processo de gestão organizacional, na tentativa de conseguir maiores prazos de pagamentos, preços baixos, dividendos e melhores salários.

b) Stakeholders Passivo

Enquanto isso, os stakeholders passivo são as sociedades e as organizações não governamentais, que também por sua vez afetam a organização de forma mediata.

2.4 AS VANTAGENS TRAZIDAS PELOS STAKEHOLDES

A gestão dos stakeholders é um dos caminhos à ser percorrido pelas empresas, independente do rumo em que atuam, para alcançar o objetivo de se criar uma vantagem ante a concorrência. Os stakeholders podem ser classificados de diversas maneiras, desde o colaborador que atua na empresa, até a empresa que tem o objetivo de gerar informação, de tal maneira qualquer um destes stakeholders, uma vez prejudicados, seja pela falta de informação ou algum problema interno, podem de certa maneira prejudicar a empresa em questão.

Com base nisso, é necessário identificar o que os seus stakeholders valorizam, e para isso iremos discorrer acerca de cinco etapas sendo:

Determinar o que os stakeholders valorizam: uso de técnicas que permitam uma visualização completa de toda a hierarquia de valor para o stakeholder; Determinar o que os stakeholders selecionados desejam em termos de dimensões: envolvendo critérios como atributos desejados e preferidos; Avaliar como está sendo a entrega do que os stakeholders selecionados valorizam: uso de pesquisas, como a de satisfação, para avaliar como está sendo a entrega do valor para os stakeholders principais; Descobrir motivos: motivos que fazem a empresa ser bem sucedida, ou não, na entrega dos valores mais importantes; e Determinar o que os stakeholders selecionados valorizarão no futuro: ao prever os valores dos stakeholders no futuro, a empresa criará uma vantagem competitiva pois poderá responder ao cliente antes da concorrência. (GOLDSHIMIDT, Andréia; ROCHA, Thelma)

3 TRIBUTAÇÃO PIS/COFINS

3.1 Isenção de entidades sem fins lucrativos

De acordo com o Decreto nº 4.524/02, as entidades imunes e isentas do IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) e da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), não são contribuintes do PIS (Programa de Integração Social) incidente sobre faturamento, uma vez que contribuem com o PIS na modalidade folha de pagamento.

São isentas da COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas decorrentes de suas atividades próprias, assim consideradas aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por Lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou

mantenedores, sem característica de contraprestação, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

De acordo com a Medida Provisória nº 2158-35/01, Art. 13. A contribuição para o PIS/PASEP será determinada com base na folha de salários, à alíquota de um por cento, pelas seguintes entidades: IV - instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e as associações, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997; VIII - fundações de direito privado e fundações públicas instituídas ou mantidas pelo Poder Público.

4 LEGISLAÇÃO DO TRABALHISTA

As organizações do Terceiro Setor, atualmente têm uma parte considerável no índice de contratações no Brasil. Mas como empregador estas entidades devem ficar atentas para que os direitos dos funcionários sejam resguardados, e, para que também seus deveres sejam cumpridos.

O Terceiro Setor é dividido em dois grupos empregatícios: os não remunerados e os remunerados, sendo que os remunerados são divididos em sub-grupos, sendo os trabalhadores temporários, os autônomos e estagiários e aprendizes.

O trabalho não remunerado é regido pela Lei Federal 9.608/98, que traz como definição que o serviço voluntário é tido como atividade não remunerada.

Já o trabalho remunerado, segue as normas da CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) e as Convenções Coletivas de Trabalho. Segundo o art. 3º da CLT, o empregado é toda pessoa física que presta serviços ao empregador sob dependência deste e mediante à salário.

Em algumas empresas do ramo público, como a que estudaremos neste trabalho, a forma de contratação de colaboradores efetivos é feita somente a partir de concurso público, que segue as normas da CLT, porém, com algumas particularidades, como por exemplo, a estabilidade. No caso da Fundação Ezequiel Dias, há somente concursados e estagiários, que são estudantes de ensino superior. As normas que regem os programas de estágio estão previstas na Lei 11.788.

5 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PGBL/VGBL

Quando a empresa entra no seguimento de adesão de planos de previdência complementar ela deve ficar atenta às modalidades disponíveis no mercado, analisando as modalidades PGBL ou VGBL e vendo em qual perfil sua empresa se enquadra melhor.

Para as empresas que fazem a declaração completa do Imposto de Renda é indicada a modalidade PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres), já que permite deduzir da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta anual, esta dedução é feita sob a base de cálculo, com um limite máximo de também 12%. Em contra partida para as empresas optantes pelo modelo simplificado a melhor modalidade é o VGBL. Neste segundo modelo de plano de previdência complementar não é permitido o desconto do investimento no cálculo da declaração do IR, porém no momento de receber os recursos acumulados o IR incidirá exclusivamente sobre os rendimentos.

Ainda existem planos que oferecem benefícios diferenciados de acordo com o perfil de cada empresa, estes planos de previdência podem garantir uma rentabilidade pequena sobre a correção monetária acrescida de juros, 6% aa, ou variação de preços determinado pela inflação, que são eles PRGP (Plano com Remuneração Garantida e Performance), PAGP (Plano com Atualização Garantida e Performance), PRSA (Plano com Remuneração Garantida e Performance sem Atualização) e por último PRI (Plano de Renda Imediata).

6 GESTÃO CONTÁBIL APLICADA

6.1A importância da contabilidade no terceiro setor

De grande importância é a contabilidade para o terceiro setor, pois, com auxílio desta, é possível demonstrar para a sociedade o trabalho que realmente vem sendo desenvolvido por parte dessas instituições sem fins lucrativos. Um dos grandes problemas encontrados por elas é a falta de confiabilidade por parte da grande maioria da sociedade, devido ao envolvimento de algumas dessas instituições em

escândalos fraudulentos. Assim é possível afirmar que, “Observa-se no Brasil a multiplicação de organizações do terceiro setor. Algumas apresentam objetivos duvidosos ao praticarem abusos e fraudes [...]”, e esta se torna o grande dificultador no processo de arrecadação de recursos.” (VILANOVA, 2004, p.4). E Campos (2003, p.27) ainda completa, “O aumento do volume dos recursos arrecadados pelas entidades do terceiro setor sem fins lucrativos é acompanhado por uma maior necessidade de transparência quanto a sua aplicação.”

O terceiro setor vem se desenvolvendo muito nos últimos anos nas comunidades, com o intuito de contribuir com o crescimento social é exigido cada vez mais que as entidades mostrem-se confiáveis aos olhos da sociedade e do governo, sendo assim, quanto mais clara e positiva for a mensuração de todo o processo, mas credibilidade essas entidades terão para conseguir investidores e mais recursos poderão ser arrecadados para realização e consecução de seus resultados.

6.2 Governança Corporativa

Associações e fundações privadas que tem por objetivo realizarem investimentos sociais, vem crescendo visivelmente, paralelamente com a preocupação das partes interessadas da sociedade em relação a gestão, transparência, controles e prestação de contas dessas organizações. E a demanda dos patrocinadores, financiadores, governos, organização da sociedade civil, órgãos reguladores, mídia e consumidores, cada vez mais entidades relacionam-se nas boas práticas de governança.

Governança é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo o relacionamento entre Conselho, equipe executiva e demais órgãos de controle. As boas práticas de governança convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar a reputação da organização e de otimizar seu valor social, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para sua longevidade. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, 2014http://www.ibgc.org.br/userfiles/files/GUIA_GIFE_2014.pdf, pg.18).

Uma boa Governança Corporativa proporciona aos proprietários, sejam eles acionistas ou cotista, a gestão estratégica se sua empresa e a efetiva monitoração da direção executiva. Com as principais ferramentas que asseguram o controle da propriedade sobre a gestão são o Conselho de Administração, a Auditoria Independente e o Conselho Fiscal.

E a Governança Corporativa vem para reconhecer as particularidades das organizações, seu relacionamento e o impacto com a governança das empresas sendo elas mantenedoras ou instituidoras, apontando algumas necessidades pedindo que as organizações do terceiro setor formulem suas estratégias e ações totalmente para o interesse público. Assim demonstramos os princípios básicos de governança.

a) Transparência

Ela vem para demonstrar com clareza as informações, confiança e embasamento nas futuras tomadas de decisões gerenciais, trazendo assim é possível afirmar que:

Mais do que a obrigação de informar, é o desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam do seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. A adequada transparência resulta em um clima de confiança, tanto internamente quanto nas relações da organização com terceiros. Não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação gerencial. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, 2014. pg.18).

b) Equidade

Pede tratamento justo em todas as partes interessadas – stakeholders, excluindo atitudes e políticas discriminatórias, sendo inaceitáveis, mediante qualquer pretexto, trata-se do relacionamento entre os agentes da Governança Corporativa e as diferentes classes de proprietários.

c) Prestação de contas

A prestação de contas e a responsabilidade em assumir integralmente as consequências dos atos praticados e as possíveis omissões para quem os elegeu ou escolheu, é papel dos associados, conselheiros, executivos, conselheiros fiscais e auditores, conhecidos para agentes de governança.

d) Responsabilidade

O zelo pelas organizações sustentáveis, com objetivo de longevidade e a incorporação das considerações de foro social e ambiental na realização dos projetos, programas e operações.

7 ESTUDO DE CASO

O interesse da pesquisa de campo está voltado para o estudo de entidades do Terceiro Setor, com o objetivo de identificar como tal empresa utiliza da contabilidade para o bom funcionamento da mesma. Para adquirir essas informações, foi feita uma entrevista com colaboradores da Fundação Ezequiel Dias (FUNED), que será a empresa estudada neste trabalho.

A Fundação Ezequiel Dias, portadora do CNJP 17.503.475/0001-01, atua como pesquisadora e produtora de soros e vacinas, além da realização de exames laboratoriais e atendimento ao público, que também fazem parte da rotina do Instituto. Localizada em Minas Gerais e vinculada à Secretaria de Saúde de Minas Gerais (SES/MG), atualmente a FUNED age de forma integrada com todo o sistema de saúde pública do Estado, de maneira a fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo o colaborador, Adilson Jose da Silva, Chefe do Serviço de Administração Financeira da FUNED, que atua a um bom tempo na instituição, a captação de recursos é feita através de convênios federais junto ao Ministério da Saúde, bem como os fundos de investimentos, de acordo com a determinação legal.

Todos os recursos adquiridos são aplicados em uma poupança oficial, uma vez que, tais recursos não podem e nem devem ser aplicados em investimentos de mercado de risco.

No caso da FUNED, a relação com stakeholders não passa de serviços prestados pelos colaboradores e fornecedores, tanto internos quanto externos, já que o investidor principal é o Estado e a Secretaria de Saúde de Minas Gerais.

A contabilidade da Fundação é interna, e o colaborador responsável segue integralmente a legislação aplicada à contabilidade pública, assim como toda a administração. Por fazer jus a imunidade tributária, a entidade não paga nenhum tipo de tributo.

Todos os funcionários da FUNED são contratados através de concurso público, ou seja, segue o regime estatutário, uma vez que os funcionários são concursados pelo estado. Há também, estagiários, estudantes de ensino superior de cursos específicos para cada vaga liberada.

Para os servidores públicos, é oferecido plano de previdência e plano de saúde dos servidores do Estado de Minas Gerais – IPSEMG.

8 CONCLUSÃO

Com base no tema estudado e descrito no corpo do trabalho, podemos concluir que um grupo Stakeholdes possui participação, ações e que possui interesse em determinado setor. O termo Stakeholder foi criado pelo filósofo Robert Edward Freeman em 1963.

Observamos também que a contabilidade no Terceiro Setor é constituída pelas instituições de interesse publico , com iniciativa privada e sem fins lucrativos, possui também uma grande importância pois com o auxílio desta, é possível demonstrar para a sociedade o trabalho que vem sendo desenvolvido, mas o grande problema encontrado por elas é a falta de confiabilidade por parte da maioria da sociedade

Vimos a diferença entra os modelos de previdência PGBL e VGBL que basicamente se da pelo tratamento tributário; enquanto os investidores em PGBL podem diferir ate 12% da sua renda, os investidores em VGBL não contam com o

diferimento , mas por outro lado pagam o imposto de Renda apenas sobre os rendimentos

9 REFERÊNCIAS:

BRASIL. **CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO**, 2015

BRASIL. Lei nº 9532 de 10 de dezembro de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9532.htm>. Acesso em 04 de maio de 2016

BRASIL. Lei nº 9608 de 18 de fevereiro de 1998. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608.htm>. Acesso em: 04 de maio de 2016

BRASIL. Decreto nº 4524, de 17 de dezembro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4524.htm>. Acesso em: 04 de maio 2016

BRASIL. Medida provisória nº 2158-35 de 24 de agosto de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/MPV/2158-35.htm>. Acesso em: 04 de maio 2016

CAMPOS, Gabriel Moreira. **A realidade contábil-gerencial de uma organização do terceiro setor**: o caso da Fundação Otacílio Coser. São Paulo, 2003. 162p. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS, **CLT**, 2015.

CRUZ, June Alisson Westarb; ANDRICH, Emir Guimarães; MUGNAINI, Alexandre. **Análise das demonstrações financeiras**: teoria e prática. Curitiba: Juruá, 2012. 3ª edição.

FERNANDES, R. C. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civicus, 2002

GOLDSHIMIDT, Andréia; ROCHA, Thelma. **Gestão de stakeholders**. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/56678470/Gestao-de-stakeholders-cap-2>>. Acesso 02 de maio 2016

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Guia das melhores práticas de governança para institutos e fundações empresariais**. Disponível em <http://www.ibgc.org.br/userfiles/files/GUIA%20GIFE%20_%202014.pdf>. Acesso em: 05 de maio 2016

SCHOMMER, P. C **Investimento Social das Empresas: Cooperação organizacional num espaço compartilhado**. Organizações e Sociedade. Salvador: v. 7, n. 19, set./dez., 2000.

VILANOVA, Regina Célia Nascimento. **Contribuição à elaboração de um modelo de apuração de resultado aplicado às organizações do terceiro setor: uma abordagem da gestão econômica**. São Paulo, 2004. 167p. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.